



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O ESGOTAMENTO DO ESTADO DE BEM-ESTAR

ALBANI BARROS ¹

Resumo

Esse trabalho objetiva analisar o movimento histórico ocorrido com o esgotamento do Estado de bem-estar social, a emergência do neoliberalismo e o conseqüente crescimento da precarização do trabalho. O interesse pelo tema foi motivado pelos fenômenos recentes no âmbito do mundo do trabalho, como o aumento informalidade, terceirização, surgimento da uberização, ampliação da intensificação do ritmo de trabalho, inserção de novos aparatos tecnológicos e o crescimento do desemprego. Esses fenômenos têm atingido a todos os trabalhadores, ainda que com diferentes gradações. Portanto, é na tentativa de buscar respostas a gênese dessas questões, que esse trabalho irá se desenvolver.

Palavras-chave: Precarização do trabalho. Estado de bem-estar. Neoliberalismo.

Abstract

This paper aims to analyze the historical movement that occurred with the exhaustion of the welfare state, the emergence of neoliberalism, and the consequent growth of labor precarization. The interest in the theme was motivated by recent phenomena in the world of work, such as the increase in informality, outsourcing, the emergence of uberization, the intensification of the pace of work, the insertion of new technological apparatuses, and the growth of unemployment. These phenomena have affected all workers, although to different degrees. Therefore, it is in an attempt to find answers to the genesis of these issues that this work will develop.

Keywords: Work precarization. Welfare State. Neoliberalism.

¹ Professor com formação outra áreas. Centro Universitário Cesmac

1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o percurso histórico que se inicia no período imediatamente após ao término da segunda guerra, é possível considerar que as condições conjunturais vivenciadas naquele período, que durou aproximadamente três décadas, foram decisivas para que os trabalhadores dos países centrais pudessem experimentar uma melhoria nas suas condições de vida. Contudo, essas melhorias não foram vivenciadas pelos trabalhadores mundialmente, e enquanto a periferia do sistema continuou a conviver com a precarização como parte de sua dinâmica, o desemprego estrutural se expandiu e resultou por trazer consequências em escala global. A condução desses propósitos foi orientada pelas políticas neoliberais, que impulsionaram o aumento da desigualdade e o desemprego.

Assim, a relevância desse estudo que aqui apresentamos, compreendida como sua justificativa fundamental, encontra-se em analisar os elementos históricos e analíticos para um fenômeno que atinge de maneira bastante intensa a classe trabalhadora: o crescimento e ampliação das formas de precarização do trabalho (STANDING, 2013). Assim, consideramos que esse trabalho mantém diálogo com um conjunto de expressões da questão social, elemento esse fundamental para entender a prática interventiva do assistente social, ainda que no caso desse estudo, o aspecto interventivo do profissional em serviço social não seja objeto específico de nosso estudo.

O estudo está dividido em três partes, nas quais são abordados inicialmente as características que marcaram o chamado Estado de bem-estar social, os motivos que levaram a corrosão do binômio entre a produção fordista e as políticas de matriz keynesianas (ANTUNES, 2009). Em seguida, ponderamos as próprias contradições do sistema metabólico de acumulação de capital, que acabou por provocar uma grave crise a partir de meados da década de 1970, a qual Mézáros (2002) descreve como crise estrutural do capital e que trouxe graves consequências para diferentes esferas da vida social, em especial para as condições de vida dos trabalhadores.

Dando continuidade a apresentação de nossos argumentos, também buscaremos tratar nesse artigo que a ofensiva contra os trabalhadores expressou uma resposta a essa grave crise, que se desenvolveu em duas matrizes fundamentais. No campo das relações de produção, um extenso conjunto de medidas foram adotadas, cuja aplicação do modelo produtivo japonês denominado de toyotismo foi um o aspecto de maior relevo (ANTUNES, 2009). Já na esfera política, a adoção do receituário neoliberal conduziu o Estado burguês a implantar medidas que afetaram de maneira incisiva o polo protetivo ao trabalho, em

especial, com a desregulamentação e a flexibilização das legislações trabalhistas (HARVEY, 2012).

Dando prosseguimento a nossa análise, também fizemos uma abordagem sobre os traços gerais que marcam o cenário atual do mundo do trabalho e que tem na precarização um núcleo fundamental. Com esse percurso sumariamente aqui apresentado, consideramos que o estudo permitirá reflexões pertinentes sobre os dramas e desafios vivenciados por trabalhadores e trabalhadoras, em especial no que se refere as múltiplas formas de manifestação da precarização, bem como sua íntima relação com o desemprego.

2 CAPITAL E TRABALHO DURANTE O ESTADO DE BEM-ESTAR ATÉ A CHEGADA DA CRISE ESTRUTURAL

O período que vai do final da segunda guerra mundial até meados da década de 1970 foram marcados por um forte desenvolvimento econômico, em especial nos países centrais (ANTUNES, 2009). Esse crescimento ocorreu de forma ainda mais acentuada na Europa, notadamente na parte norte do continente, e nos Estados Unidos. Esse período veio a ficar conhecido como os anos de “ouro do capital”, as três décadas em que ocorreu um relativo encontro de interesses entre capital e trabalho, com forte incremento na produtividade, expansão dos mercados para além das fronteiras dos países centrais e um certo um recuo das forças políticas ligadas aos trabalhadores que buscavam pautas de caráter revolucionária.

Em lugar das lutas mais radicais, passou a vigorar durante o chamado *welfare state* um modelo de luta política fundamentado essencialmente na negociação (LESSA, 2007), na busca de interesses que pudessem convergir com as exigências expansionistas e de ganhos de produtividade dos grandes capitais monopolistas. Tais políticas públicas foram resultado, de um lado, da ação organizativa dos trabalhadores, na medida em que esse período coincide com o auge do fordismo. Por outro lado, o próprio capital, em seu processo de expansionista, precisava ampliar sua base consumidora, em especial nos países centrais, demandando do Estado a ampliação de políticas sociais que permitissem aos trabalhadores acesso a serviços sociais, mediante políticas de saúde, de educação, de moradia, entre outras.

Além disso, esse ímpeto, combinado com a lógica do modelo de produção fordista que clamava uma produção e consumo em massa, tinha a serventia de criar as condições necessárias para que tais políticas, cujas matrizes orientadoras estavam no economista

inglês Keynes. Isso resultou, inclusive, num aumento de massa salarial e na diminuição nas taxas de desemprego. A construção do chamado Estado de bem-estar social é concebida, conforme assinala Moraes (2020, p. 43), “pela efetivação dos direitos de cidadania e pleno emprego para a classe trabalhadora. Foi uma estratégia baseada no keynesianismo que facilitou a expansão do capital no Pós-Segunda Guerra”. Significa também que diferente de uma tradição liberal ortodoxa, Keynes compreendia que era necessário que o Estado estivesse mais presente na dinâmica econômica, permitindo melhores condições tanto de fluxo, como também de amortecedor dos inevitáveis conflitos sociais originados da contradição capital e trabalho. Conforme argumenta Berhring e Boschetti:

Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. A política keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. (BERHRING; BOSCHETTI, 2008, p.85-86),

O cenário imediatamente após segunda guerra oferecia alguns riscos depressivos para economia, uma vez que a Europa, palco do conflito, estava com sua estrutura produtiva bastante danificada. Enquanto isso no outro lado do Atlântico, a produção americana precisava escoar parte de sua capacidade produtiva para fora do território americano, necessitando ampliar suas importações. Dessa forma, a reconstrução da Europa tornava-se relevante e estratégica (LESSA, 2007).

É com base nessa conjuntura e nas particularidades daquele tempo histórico, após o conflito mundial que se encerrou em 1945, que as ideias baseadas na maior intervenção do Estado, defendidas por Keynes, tinham serventia para o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, ao tempo que também ofertava uma ampliação de políticas públicas para os trabalhadores.

No âmbito da produção, Berhring e Boschetti (2008, p. 88) também argumentam que várias das tecnologias desenvolvidas ou incrementadas durante o “esforço de guerra transformaram-se em meios de produção da indústria civil, bem como alguns produtos”. Esse aspecto citado pelas autoras é relevante para compreensão das questões que envolveram a relação capital e trabalho no período. Uma questão importante para os grandes monopólios capitalistas era a de elevar os padrões de produtividade, isso exigia a introdução de novos maquinários, que permitissem um uso mais intensivo da força de trabalho. Rufino (2019) considera que a ação estatal no capitalismo monopolista, garantisse

tanto as condições de reprodução da ampliação de capital, como também o atendimento da garantia da manutenção física do trabalhador, o que implicava na oferta de bens e serviços públicos.

A lógica keynesiana baseava-se na concepção que na medida em que o próprio Estado oferta serviços públicos educacionais e de saúde, como exemplos, também permitia aos trabalhadores reservar parte da sua renda para consumir os produtos lançados no mercado. A esse respeito, é importante considerar que o circuito de valorização de capital não é algo restrito a produção de uma mercadoria, essa também precisa ser vendida na esfera da circulação, possibilitando, portanto, que o capital investido inicialmente complete seu circuito com a realização da mais-valia.

Essa ampliação das políticas sociais também significou maiores encargos para o Estado, entretanto, com as elevadas taxas de lucros obtidas mediante o crescimento dos níveis de produtividade, esse círculo virtuoso conseguiu se desenvolver de maneira razoavelmente satisfatória durante trinta anos. Isso não significa que não houvesse conflitos e contradições inerentes a própria questão social. Além disso, enquanto na Europa era possível um aumento relativo de massa salarial para os trabalhadores, conforme alega Lessa (2007), é merecedor de destaque que em várias partes da periferia do sistema, alguns países passaram a enfrentar crises e ditaduras, como é exemplo a realidade vivenciada na América Latina e em especial no Brasil.

Contudo, como a sociedade capitalista é movida por contradições que estão na sua própria estrutura de reprodução, as soluções levadas a prática pelo ideário keynesiano não se desenvolveram “eternamente”. Durante seu percurso enfrentaram não apenas obstáculos originários da luta política dos trabalhadores, como também das contradições geradas pelo próprio metabolismo de acumulação de capital.

A partir da segunda metade da década de 1960, começam a surgir os primeiros sinais de problemas no binômio entre fordismo e keynesianismo (ANTUNES, 2009). Um dos fatos históricos que marcaram o esgotamento desse pacto foram os fortes movimentos políticos que sacudiram a Europa, em especial com o chamado Maio de 68, cujo impacto foi muito além de um movimento iniciado por estudantes, ganhando rapidamente o apoio e a pressão dos trabalhadores sobre o governo francês. Antunes (2009) também assinala que esse momento era a expressão germinal da chamada crise estrutural do capital, tratada com maior nível de densidade e detalhes por Mészáros (2002). Já Harvey, argumenta que com a recuperação das economias da Alemanha e do Japão, países que saíram derrotados da segunda guerra, os produtos gerados nesses países já haviam alcançado a saturação de

seus mercados internos, sendo a partir de então lançados para exportação, forçando, portanto, um nível de concorrência mais acirrado no mercado mundial.

Já a entrada na década de 1970 traz as consequências geradas pela crise do petróleo, pela derrota americana no Vietnã e por uma maior pressão dos trabalhadores para melhoria de salário e condições de vida. A questão é que a década de 1970 é marcada pelo surgimento de uma grave crise econômica e de dimensão mundial. Netto (2012) compreende que a partir de então é vivenciada uma crise sistêmica, a terceira na história do capitalismo. Segundo o autor, os movimentos desse colapso sugerem: “*indicadores da emergência de uma nova crise sistêmica do sistema capitalista* e que apresenta traços inéditos em relação às duas anteriores” (NETTO, 2012, p. 412, grifos do autor). Complementando a reflexão anterior, algumas páginas adiante Netto complementa “todas as indicações sugerem que o tardo capitalismo oferecerá respostas predominantemente *regressivas*, operando na direção de um *novo barbarismo*” (2012, p. 424).

Sobre a crise que se instala a partir do final do século passado, o autor Mészáros (2002) a trata como sendo uma crise estrutural do capital, em razão de sua amplitude de abrangência e impacto sobre a vida humana e, em especial, sobre a classe trabalhadora. Esse colapso, então, possuiria características particulares, distintas das crises cíclicas que sempre fizeram parte do metabolismo de funcionamento da sociedade capitalista e de suas insanáveis contradições. Nas palavras de Mészáros, são quatro os elementos fundamentais que caracterizam a crise estrutural e se diferenciam das crises que a precederam:

A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795-796, grifos do autor).

Dessa forma, as considerações elaboradas por Mészáros e sumariamente descritas na citação anterior, indica um quadro de gravidade e de impacto, o que implica que seu enfrentamento tenha sempre algum grau de limitação mais ou menos intenso, mas sempre impossível de superar integralmente as mazelas sociais produzidas pelo próprio sistema. No tocante a atuação do Estado, se durante o período posterior a segunda guerra, a atuação

estatal pautou-se por um papel de maior intervenção e de criação de instrumentos políticos e direitos sociais capazes de atender a algumas demandas dos trabalhadores, ao menos nos países que puderam experimentar os benefícios propiciados pelo Estado de bem-estar, com a chegada da crise estrutural essa saída estaria vedada.

A despeito da validade da tese de Mészáros (2002) sobre o que o autor denomina de crise estrutural do capital, os desdobramentos históricos que acompanham a sociedade capitalista desde a década de 1970 tem demonstrado efetivamente o desmonte do Estado de bem-estar. Além disso, do ponto de vista econômico, as longas ondas de crescimento também não mais compareceram, com exceção do fenômeno chinês e suas particularidades de elevados níveis de exploração da força de trabalho e de alguns curtos períodos em regiões também específicas.

3. A OFENSIVA CONTRA OS TRABALHADORES

Na análise sobre os impactos sofridos pelos trabalhadores desde as últimas décadas do século XX, é possível apontar diversos aspectos. Entretanto, para fins de sistematizarmos o que consideramos como aspectos nucleares desse movimento, vamos nos concentrar nas mudanças no modelo produtivo, com um relativo esgotamento do padrão fordista e a emergência do Toyotismo ou dos elementos que compõe a acumulação flexível, conforme descrita por Harvey (2002). Na esfera política, é válido traçar um panorama introdutório sobre o neoliberalismo.

O modelo fordista foi fundamental para o capitalismo do século XX, surgindo por volta de 1914 (HARVEY, 2002), suas bases estavam fincadas na ideia de uma administração científica e no controle do tempo das tarefas que o trabalhador deveria desempenhar. Originalmente, essas ideias foram desenvolvidas por Taylor, mas sua aplicação na esfera produtiva ocorreu com Henry Ford. São características do fordismo a especialização do trabalhador em uma determinada tarefa; o trabalho repetitivo; a utilização de uma linha de montagem; o rígido controle hierárquico sobre o trabalhador; a padronização de atividades, insumos e produtos; a divisão de atividades específicas entre vários trabalhadores; o estudo sistemático do tempo utilizado para a realização das tarefas, entre outros (PINTO, 2013). Essa combinação de ações era dirigida para uma finalidade essencial, que entre outros objetivos, se destacava: elevar os níveis de produtividade da força de trabalho.

Com isso, também houve um crescimento na quantidade de bens produzidos, o que

por sua vez resultou numa massa de mercadorias maiores lançadas no mercado, com valores mais acessíveis, permitindo o consumo em massa. De acordo com Montello (*apud* PINTO, 2013, p. 34), a diretriz perseguida por Ford, “contrapondo-se aos industriais do ramo automobilístico da época, seu maior objetivo foi a produção de tantas unidades de veículos quanto fosse possível, tornando-os um objeto de consumo das massas”. O auge do fordismo ocorre exatamente com o advento do Estado de bem-estar, numa virtuosa combinação entre crescimento da produção e ampliação da base consumidora, incentivada por políticas públicas e pelo vigoroso crescimento econômico, que ocorreu a partir do final da segunda guerra, perpassando por três décadas.

A questão é que o aumento da produção obtida com a execução do modelo fordista acarretou com o passar dos anos uma maior oferta de produtos no mercado, o que acabou por saturar o mesmo, criando obstáculos para a reprodução ampliada de acumulação de capital. É nesse contexto que entra em cena a solução desenvolvida no Japão, mais especificamente na fábrica da Toyota, originalmente pensada pelo engenheiro Taiichi Ohno. Segundo Pinto (2013, p. 61):

O sistema de organização toyotista surgiu num contexto muito diverso ao do sistema taylorista/fordista. Ao passo em que o último germinou dentro de uma economia em crescimento e, portanto, contanto com um mercado consumidor (tanto interno como externo) em expansão, o Toyotismo surgiu num contexto de crescimento lento [...].

Esse aspecto exposto pelo autor é elucidativo para compreender as razões da utilização do modelo japonês com a emergência de uma crise de caráter mundial. Na medida que a expansão do mercado de consumo não ocorre na velocidade desejada para que o processo de acumulação ocorra aceleradamente, tornava-se necessário realizar transformações no padrão produtivo.

Essas mudanças significavam ter trabalhadores aptos a realizar diferentes tarefas, não desperdiçando nenhum tempo com períodos “mortos”. Além disso, o controle da produção passava a ser realizado pelos próprios operários por meio dos círculos de qualidade (ANTUNES. 2009). A utilização do sistema *just in time* também compõe parte desse modelo, evitando o acúmulo de estoques e paralização de capitais. Outro aspecto na lógica toyotista é o engajamento do trabalhador, ou como denomina Alves (2005), a captura da subjetividade do trabalhador.

Esse conjunto de medidas aplicadas pelo padrão toyotista, tal qual o modelo fordista, também visava, essencialmente, o crescimento dos níveis de produtividade. A adoção do

padrão japonês não é algo que ficou restrito aos muros da fábrica de automóveis da Toyota, assim como o modelo Fordista também não se limitou em si a fábrica da Ford. Os dois sistemas criaram um modelo de utilização de consumo e controle da força de trabalho que é usado em diversos ramos da economia.

Ao tratar sobre essas mudanças no modelo produtivo, Harvey prefere a utilização do termo 'acumulação flexível', em confronto com a rigidez fordista:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracteriza-se pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2002, p. 140).

No caso do mercado de trabalho, Harvey pondera uma significativa mudança, que reverberou no enfraquecimento do poder sindical e numa grande quantidade de força de trabalho excedente (HARVEY, 2012). O resultado desse excedente é o barateamento dos salários e aumento dos níveis de desemprego. O mesmo Harvey menciona que a existência dessa massa de desempregados tem sido uma característica constante na história do capitalismo, assinalando que: "O que Marx chama de 'exército industrial de reserva' é, portanto, uma condição necessária para a reprodução e expansão do capital" (2012, p. 55). Nesse sentido, ainda que no período do Estado de bem-estar as taxas de desemprego tenham sido reduzidas nos países que vivenciaram o *Welfare State*, mesmo nessa pequena quantidade de nações, o desemprego não foi eliminado inteiramente e como resultado das contradições do capital, a escala do desemprego hoje assume proporções mundiais. O desemprego não é fenômeno restrito as regiões mais pobres, periféricas ou menos desenvolvidas do sistema, atingindo de maneira bastante ampla diversas regiões do planeta, inclusive nos países centrais. A esse respeito, Mézáros argumenta:

Na realidade, até na parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista. Somente no capitalismo avançado da Europa Ocidental existem bem mais do que vinte milhões de desempregados; há pelo menos mais uns dezesseis milhões em outros "países de capitalismo avançado". Todos esses números ameaçadores estão registrados na forma de cifras oficiais imensamente subestimadas (ou cinicamente falsificadas). (MÉSZÁROS, 2002, p. 225).

Essa condição de um desemprego estrutural resulta por trazer severas situações para a classe trabalhadora em todo mundo, ainda que seus efeitos sejam sentidos de forma mais aguda nos países e regiões que possuam um menor grau de proteção social. Mas na

medida que mudanças ocorreram na esfera da produção e que diretamente impactaram a vida dos trabalhadores, a ação do Estado burguês também passou por transformações.

Ao mencionar que o Estado é essencialmente burguês, não se está afirmando que ele atende exclusivamente ao capital, apenas que sua tendência imanente é atender prioritariamente os interesses dominantes. Porém, com o resultado da luta de classes, o Estado também pode atender aos trabalhadores. Esse caráter contraditório do Estado é parte das engrenagens de reprodução da sociedade capitalista, a qual necessita de uma esfera que se apresente como portadora de interesses de todos, ao tempo que atua, essencialmente, em favor dos interesses da classe dominante.

A partir da segunda metade da década de 1970 ganha formas as ideias neoliberais surgidas desde 1944 com o livro *O caminho da Servidão*, de Hayek, amadurecidas posteriormente com a formação de um grupo de intelectuais que passou se reunir em *Mont Pèlerin, na Suíça* (ANDERSON, 1996). Essas ideias foram materializadas com o governo de Margareth Thatcher em 1979 na Inglaterra, com Reagan nos Estados Unidos em 1980, espalhando-se em seguida para a Europa e chegando a América Latina no final da década de 1980 (ANDERSON, 1996).

O receituário neoliberal consistiu num forte movimento para realizar ajustes fiscais na máquina pública, incluindo um amplo processo de privatização; corte de gastos sociais; ataque as organizações políticas dos trabalhadores, em especial os sindicatos; elevação das taxas de juros; flexibilização das legislações trabalhistas, diminuição de impostos para os mais ricos (ANDERSON, 1996); incentivo ao individualismo, entre outras características. Essas ações resultaram por promover uma maior desigualdade social e o crescimento das taxas de desemprego.

Berhring e Boschetti apontam que o esgotamento do binômio fordista/keynesiano e as novas formas de atuação do Estado se deram a partir das seguintes questões: “As pressões para uma reconfiguração do papel do Estado capitalista nos anos 1980 e 1990, e seus impactos para política social, estão articulados a uma reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970” (BERHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 112). Do ponto de vista do trabalhador, o resultado de tais transformações foi o alargamento de algumas expressões da questão social, como o aprofundamento do fosso de desigualdades sociais, a elevação das taxas de desemprego, o aumento da pobreza mesmo em regiões dos países centrais, a maior dificuldade de acesso a serviços e benefícios sociais, entre outras questões.

4. AS NOVAS CONFIGURAÇÕES E O CRESCIMENTO DA PRECARIZAÇÃO

É possível considerar que a precarização do trabalho não é um fenômeno recente na história do capitalismo. Sobre esse aspecto é válido mencionar que Marx (1996) utiliza termos como precário ou precarização já no capítulo XXIII de *O Capital*, em A lei geral da acumulação capitalista. Essas anotações ocorrem exatamente nos itens 3, 4 e 5 do referido capítulo, relacionando esse fenômeno a chamada superpopulação relativa, que ele subdivide em três diferentes formatos: líquida, latente e estagnada (MARX, 1996).

É bem verdade que o cenário do capitalismo contemporâneo já não é aquele visto pelos olhos de Marx no século XIX, certamente há profundas mudanças quando pensamos as formas de uso e controle da força de trabalho atualmente, bem como as complexas legislações trabalhistas que regem a relação entre capital e trabalho. Apesar dessas inegáveis transformações, o fenômeno da precarização do trabalho é algo que permanece como parte constituinte do modo de produção capitalista.

Se durante o período do chamado Estado de bem-estar, ainda foi possível a construção de um conjunto de políticas e de direitos sociais, que razoavelmente puderam oferecer alguma proteção aos trabalhadores dos países centrais, a realidade das últimas décadas alterou essa situação. No caso dos países periféricos, o fenômeno do trabalho precário sempre esteve presente. Mas a novidade é que mesmo os países centrais passaram a vivenciar intensamente os dramas da precarização em larga escala para classe trabalhadora desses países, incluindo o continente europeu.

A partir da realidade vivenciada na França, mas apontando como uma tendência que estaria em crescimento em todo mundo, Castel assinala sobre a precarização:

A presença, aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado. Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários de renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, do pequeno trabalho à ocupação provisória. (2015, p. 23).

O autor menciona um conjunto de transformações vivenciadas pelos trabalhadores, argumentando o aspecto de insegurança e de incerteza como um dos mais relevantes para compreender as novas configurações do mundo do trabalho. Além disso, também expõe o crescimento do desemprego e a dificuldade de realocação desses trabalhadores numa estrutura assalariada formal.

O que Castel (2015) está também analisando é que essas transformações derivam de uma mudança conjuntural e que, portanto, as condições de assalariamento vivenciadas nas décadas anteriores entravam num processo de erosão. Dessa forma, surgiu novos formatos de contratação e uso da força de trabalho, cuja marca fundamental é a insegurança e a incerteza. No tocante a essas alterações conjunturais e a emergência da aplicação das políticas neoliberais, Standing (2013) faz questão de vincular os processos oriundos da globalização, das práticas neoliberais e da elevação dos níveis de competitividade em escala mundial, como os elementos que originariam a piora nas condições de vida dos trabalhadores, e o conseqüente crescimento dos níveis de precarização do trabalho.

Já o autor italiano Vasapollo, a partir de uma concepção da precarização como uma característica de trabalho atípico, portanto, ainda não sendo a forma modular regular de contratação e utilização da força de trabalho, sinaliza que mudanças estão ocorrendo no mundo do trabalho e que essas atingem os trabalhadores formais em escala global. Segundo o autor: “a nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados” (VASAPOLLO, 2015, p. 45).

Já na concepção de Antunes, essas mudanças tratadas como de flexibilização, se traduzem para o trabalhador em medidas de controle sobre a vida laboral, resultando numa maior intensificação no ritmo de trabalho, no crescimento da terceirização, na ampliação da informalidade e em profundas mudanças nas legislações trabalhistas, cujo objetivo fundamental é a retirada de direitos protetivos aos trabalhadores, em suas palavras, sintetiza Antunes que a

[...] flexibilização, constituída para o trabalhador com precarização, tem se estabelecido como uma matriz ordenadora de diversas alterações nas relações de produção. Particularmente para os trabalhadores, ela expressa uma retração “drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 412).

Algumas páginas a seguir, tratando especificamente sobre o fenômeno da precarização, o autor assinala:

[...] a precarização é, por um lado, um fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital; por outro, uma forma particular assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise estrutural, podendo, portanto, ser mais ou menos intensa, uma vez que não é uma forma estática. Nas épocas de crise – ainda mais quando esta tem um claro acento estrutural – o que se assiste é a sua intensificação, o que vimos denominando como

a persistente tendência à precarização estrutural do trabalho em escala global, da qual o trabalho imigrante é sua expressão mais visível e brutal. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 413).

Esse conjunto de questões tratadas por diferentes autores que buscam compreender as intensas mudanças no mundo do trabalho e o crescimento da precarização, ocorrem num contexto histórico de crise continuada. Por meio das considerações de Mészáros (2002), a crise iniciada na década de 1970 possui um caráter estrutural, em que sua continuidade, com diferentes níveis de intensidade e profundidade é um dos aspectos fundamentais. Isso ocorre porque é exatamente no cenário de crise econômica que os capitalistas buscam encontrar estratégias de renovar seus padrões produtivos, incluir novas estratégias de controle e novos aparatos tecnológicos, em que ao tempo que isso propicia maiores níveis de exploração, também provocam maior pressão sobre os trabalhadores, incluindo o alargamento do desemprego ou subemprego.

O que essas análises apontaram é uma tendência em curso de que a precarização do trabalho, algo que não teve tanta relevância no período do *Welfare State*, passou a ser um fenômeno progressivamente cada vez mais importante. O núcleo central dessas alterações ocorre na direção de uma ofensiva aos trabalhadores, cuja utilidade para o processo de acumulação de capital em tempos de crise estrutural de capital e suas consequentes dificuldades para ampliação de mercados, é a elevação das taxas de mais-valia, ou seja, a criação de condições mais favoráveis para uma maior apropriação de riqueza produzida pelos trabalhadores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período histórico imediatamente posterior ao final da segunda guerra mundial, a Europa em seu processo de reconstrução foi buscar nas ideias de Keynes as diretrizes macroeconômicas para retomada do crescimento, contando com forte apoio estatal. Isso representou que as condições de reprodução do capital passariam a ter uma intervenção mais intensa do Estado, incluindo uma ampliação de políticas sociais em setores relevantes para a classe trabalhadora, como saúde, educação, moradia etc.

Mas essas melhorias também não foram apenas o mero resultado do acaso histórico ou de um altruísmo espontâneo da burguesia e do Estado, sendo impulsionado pelas lutas políticas acumuladas ao longo do século XX e as condições despóticas no padrão de produção fordista, que acabaram por criar determinadas condições de políticas que contribuíram para que os trabalhadores conseguissem arrancar do Estado burguês e dos

grandes monopólios capitalistas, a obtenção de direitos, de políticas públicas e de ganhos de massa salarial.

Entretanto, vale mencionar que o capitalismo é a contradição em constante movimento. Assim, mesmo com a execução e ampliação de políticas públicas, as expressões da questão social não podem ser superadas. Netto (2007) comenta que após a segunda guerra mundial, a partir de reconstrução e retomada econômica, em especial na Europa, “o capitalismo experimentou o que alguns economistas franceses denominaram de ‘as três décadas gloriosas’” (NETTO, 2007, p. 158). Mas na medida que tais anos “gloriosos” existiram, isso não significa que essa experiência tenha trazido como consequência a chave para superação da questão social, que acompanham a própria história do capitalismo. Quanto a esse aspecto, Netto (2007, p. 157) no mesmo texto assevera: “a ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo”.

Com isso, o autor aponta o caráter estrutural da questão social, como parte indissociável do modo de produção capitalista. Consequentemente, mudam as condições históricas, permanece a questão social e as suas expressões vão ganhando novos contornos. No cenário contemporâneo, a precarização do trabalho é um elemento nuclear. É válido também acrescentar que a luta por políticas públicas e a conquista de direitos que atendam as demandas dos trabalhadores é sempre algo desejável, entretanto, esse movimento ainda que importante e necessário, não é capaz por si só de superar integralmente as contradições originárias do processo de acumulação capitalista e que forjam a “questão social”.

Nas últimas décadas, com a aplicação do receituário neoliberal e as mudanças ocorridas com a chamada reestruturação produtiva, ocorreu um aumento do desemprego, que passou a ser tratado como de caráter estrutural e a ampliação da precarização do trabalho.

Como o conjunto de medidas tomadas pelo capital na direção da precarização passa por diversas estratégias, talvez o ponto mais significativo seja essa relação indissociável entre a precarização do trabalho e o desemprego. Essa correlação dialoga exatamente com a utilização do termo precário em Marx (1996) em *A lei geral da acumulação capitalista*, exatamente nos itens que tratam sobre o fenômeno da superpopulação relativa. Ou seja, trata-se de uma massa de trabalhadores que ao tempo que formam um conjunto de trabalhadores “sobrantes” espalhados por todo mundo, também possuem a capacidade de pressionar aos trabalhadores que estão empregados e que são impactados pela existência de elevadas taxas de desemprego. O contexto de ampliação do desemprego não atinge

apenas os países periféricos, a dramaticidade de suas consequências para os trabalhadores também já parte dos países centrais, sendo um fenômeno que ganha inclusive números significativos no continente europeu.

Assim, a sociedade capitalista ao longo de sua história sempre conviveu com as consequências do desemprego, ainda que sua amplitude e abrangência possa ao longo dessa trajetória ter nuances específicas, sendo menos intenso em algumas regiões e em determinados períodos, mais intensos em outros continentes ou, como ocorre nas últimas décadas, ter se espalhado de maneira significativa em todos os continentes. No cenário das últimas décadas, o desemprego e a precarização passaram a se desenvolver como um par dialético, necessário para o capital, e incontornável para entendermos as atuais configurações do mundo do trabalho e os desafios postos para os trabalhadores de todo mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 123, jul./set. 2015, p. 407-427.

BERHRING, E.; BOSCHETTI I. **Política Social. Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O Capital**. Volume I, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, J. S. S. A “nova questão social” a partir de uma análise marxista. In. (Org.) AGAPITO, A. P. F., et al. **Questões contemporâneas e o Serviço Social em tempos de crise estrutural**. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

RUFINO, P. M. Limites da intervenção do Estado em face da problemática estrutural da pobreza nos marcos do capitalismo. In (Org). ALCÂNTARA, N. **Pensamento crítico e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2019.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STANDING, G. **Precariado, a Nova Classe Perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005